

Projeto que cria municípios no DF recebe críticas

O deputado Rubem Figueiró (PDS-MS) apresentou ontem projeto de lei que dá autonomia a quatro cidades-satélites do Distrito Federal: Taguatinga, Gama, Sobradinho e Planaltina. De acordo com a proposta cada uma das satélites será administrada por um prefeito, nomeado pelo governador do DF, e uma câmara de 11 vereadores, eleitos pela população de cada núcleo. Os recursos para a movimentação do complexo administrativo estão, no projeto, condicionados à cobrança de taxas e impostos obrigatórios como o IPTU.

O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Maurício Corrêa, não acredita na aprovação da proposta. A seu ver, existe a necessidade de uma nova divisão na estrutura política do DF, mas só a população, através de representantes eleitos, poderia decidir sobre a matéria: "Não concordo com nenhuma medida arbitrária. Se os deputados querem ajudar ao povo de Brasília, deverão aprovar o projeto do deputado Epitácio Cafeteira que dá à população o direito de representação a nível de Câmara e Senado".

Segundo Maurício Corrêa, só a partir da representação política o problema da autonomia das satélites poderá ser observado: "A sugestão para a nomeação dos prefeitos é absurda e um grupo de parlamentares eleitos, dentro da emenda Cafeteira, é que teria representatividade para propor e sugerir alterações na estrutura atual do Distrito Federal". Opinião parecida defende o Presidente da Associação Comercial, Lindeberg Azis Cury: "O projeto do deputado Epitácio Cafeteira atende aos interesses da nossa associação e estamos interessados, inicialmente, em sua aprovação".

INFLAÇÃO

O deputado Rubem Figueiró acha que "mesmo que houvesse representantes do povo de Brasília na Câmara e Senado, inevitavelmente, esses parlamentares seriam envolvidos em matérias de natureza nacional". Em seu entender, a dona-de-casa de Taguatinga quer soluções próximas como número bastante de coletivos para resolver seus problemas mais imediatos: "Acho que as pessoas simples não querem saber se a inflação está galopante. Elas defendem soluções para o ônibus, abastecimento, rede de esgotos e construção de postos de saúde". Questões que, segundo o deputado, poderiam ser resolvidas com a intervenção dos vereadores. As nomeações de prefeitos ele justifica como inevitáveis no atual

processo político: "Sabemos que a área é de segurança e nenhum partido que chegue ao poder vai permitir a eleição do governador do Distrito Federal".

Rubem Figueiró não vê choque entre sua proposta e a do deputado Cafeteira, alegando que sua defesa é no sentido de descentralização da administração pública: "Se os companheiros acatarem minha sugestão vai haver possibilidade de melhor planejamento regional e a participação efetiva da população das satélites que serão autônomas na solução dos problemas comunitários". O deputado, que está na legislatura federal pela primeira vez, já apresentou outras cinco proposições sobre assuntos eleitorais. Ele confessa que não ouviu nenhuma autoridade brasiliense para apresentar seu trabalho sobre o DF, mas acredita que conhece as questões da cidade: "Levo minha empregada de vez em quando a Ceilândia onde ela mora. Nessas visitas pude sentir a necessidade que o povo das satélites tem de uma representação a nível de câmara de vereadores".

LIMITAÇÃO

A Associação Comercial, Ordem dos Advogados e sociedades de bairros são órgãos que, na sua visão, não conseguem acampar os problemas da periferia: "Essas entidades não têm poder de barganha e não dispõem de formas constitucionais para atuar de forma conclusiva nos assuntos comunitários". Assuntos que só os vereadores teriam conhecimento maior e poderiam atacar de forma independente e dentro das aspirações das satélites, segundo ele. Acredita também o deputado que até o final do ano seu projeto estará no plenário para votação e aprovação.

O que seria um erro nos cálculos de Maurício Corrêa: "Entendo que a proposta endossa a necessidade de criação política. Não posso aceitá-la porque só a população tem o direito de decidir sobre seu destino. A tarefa que cabe agora à Câmara é dedicar atenção ao projeto do deputado Cafeteira que propõe a eleição para deputados e senadores". Outro ponto da proposta é que o GDF ficaria administrando apenas a área de Brasília (incluindo Guarã, Cruzeiro e Núcleo Bandeirante), Brazlândia, Jardim e Paranoá. Uma divisão que, segundo o presidente da Ordem, foi feita dentro de parâmetros pessoais e não teve a aprovação dos núcleos envolvidos".